

Vulcabras
Azaleia S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de setembro de 2017**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais- ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Vulcabras Azaleia S.A.
Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Vulcabras Azaleia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao período findo em 30 de Setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de Setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Auditoria e revisão dos valores correspondentes


O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado em 18 de agosto de 2017, sem modificação. A revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, referentes ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, e às demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, apresentados para fins de comparação foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 06 de novembro de 2016, sem qualquer modificação.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de novembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Balancos patrimoniais em 30 de Setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016			30/09/2017	31/12/2016		
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.095	17.094	207	10	Fornecedores	17	91.320	66.193	55	520
Aplicações financeiras	6	2.182	6.407	-	42	Financiamentos e empréstimos	18	144.891	275.116	-	-
Contas a receber de clientes	7	379.909	372.592	-	-	Impostos a recolher		9.643	3.031	-	44
Estoques	8	188.581	189.923	-	-	Impostos a recolher - IRPJ e CSLL		4.540	2.044	100	11
Impostos a recuperar	9	17.856	5.573	511	488	Programa de recuperação fiscal - REFIS		128	128	-	-
Imposto de renda a recuperar	10a	2.221	2.153	93	87	Salários e férias a pagar		52.021	28.986	322	322
Despesas antecipadas		6.302	2.057	1	13	Provisões	19	52.219	45.751	568	1.151
Outros contas a receber		13.619	21.206	2.381	1.557	Outras contas a pagar		19.963	19.453	152	158
Total do ativo circulante		630.765	617.005	3.193	2.197	Dividendos propostos		754	754	8	8
						Total do passivo circulante		375.479	441.456	1.205	2.214
Aplicações financeiras	6	3.898	1.914	2	2	Financiamentos e empréstimos	18	203.803	264.152	-	-
Impostos a recuperar	9	4.991	5.102	2.482	2.363	Mútuo com partes relacionadas	12	250.150	255.150	93.964	90.543
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10a	116	399	-	-	Provisões	19	24.668	32.635	748	1.786
Depósitos judiciais	11	40.280	39.053	1.037	1.022	Impostos diferidos sobre reavaliação do imobilizado	10b	3.861	4.206	-	-
Mútuos com partes relacionadas	12	-	-	-	927	Provisão para perdas com investimentos		-	-	72	175
Outros contas a receber		11.511	20.291	2.144	2.344	Outras contas a pagar		28.227	29.206	-	-
Despesas antecipadas		324	568	-	-	Total do passivo não circulante		510.709	585.349	94.784	92.504
Bens destinados à venda		194	194	-	-	Patrimônio líquido					
Investimentos	13	29.672	29.733	278.053	133.451	Capital social	20	565.913	565.913	565.913	565.913
Propriedade para investimento		3.466	3.779	3.452	3.762	Reservas de reavaliação	20	7.495	8.166	7.495	8.166
Imobilizado	14	152.866	157.291	172	176	Ajustes de avaliação patrimonial	20	(5.557)	(5.065)	(5.557)	(5.065)
Intangível	15	203.001	203.339	111	111	Prejuízos acumulados		(373.194)	(517.377)	(373.194)	(517.377)
Total do ativo não circulante		450.319	461.663	287.453	144.158	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		194.657	51.637	194.657	51.637
						Participações de não controladores		239	226	-	-
						Total do patrimônio líquido		194.896	51.863	194.657	51.637
						Total do passivo		886.188	1.026.805	95.989	94.718
Total do ativo		1.081.084	1.078.668	290.646	146.355	Total do passivo e patrimônio líquido		1.081.084	1.078.668	290.646	146.355

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Vulcabras Azaleia S.A.
(Companhia aberta)

Demonstrações de resultados

Em 30 de Setembro de 2017 e 30 de Setembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Consolidado		Consolidado		Controladora		Controladora			
	Nota	30/09/2017	30/09/2016	01/07/2017 á 30/09/2017	01/07/2016 á 30/09/2016	Nota	30/09/2017	30/09/2016	01/07/2017 á 30/09/2017	01/07/2016 á 30/09/2016
Receita líquida de vendas	21	948.449	827.074	343.932	308.319	-	-	-	-	-
Custo das vendas	22	(585.817)	(546.366)	(208.277)	(196.442)	-	-	-	-	-
Lucro bruto		362.632	280.708	135.655	111.877	-	-	-	-	-
Despesas com vendas	23	(134.564)	(132.720)	(45.576)	(45.852)	-	-	-	-	-
Despesas administrativas	24	(57.556)	(55.506)	(19.816)	(18.738)	24	(5.610)	(5.421)	(1.703)	(826)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	12.806	(8.682)	(805)	(4.089)	25	4.634	2.030	1.222	465
Resultado da equivalência patrimonial	13c	1.365	1.989	536	467	13c	144.270	25.258	66.430	20.094
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		184.683	85.789	69.994	43.665		143.294	21.867	65.949	19.733
Receitas financeiras		40.644	35.055	15.481	3.180		422	402	56	131
Despesas financeiras		(79.209)	(97.937)	(17.888)	(27.240)		(204)	(132)	(71)	(64)
Despesas e receitas financeiras líquidas	26	(38.565)	(62.882)	(2.407)	(24.060)	26	218	270	(15)	67
Resultado antes dos tributos sobre lucro		146.118	22.907	67.587	19.605		143.512	22.137	65.934	19.800
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10b	(2.585)	(770)	(1.646)	195		-	-	-	-
Resultado líquido do período		143.533	22.137	65.941	19.800		143.512	22.137	65.934	19.800
Resultado atribuível aos:										
Acionistas controladores		143.512	22.140	65.934	19.796		143.512	22.137	65.934	19.800
Acionistas não controladores		21	(3)	7	4		-	-	-	-
Resultado do período		143.533	22.137	65.941	19.800		143.512	22.137	65.934	19.800
Resultado por ação										
Resultado por ação ordinária - básico e diluído		0,77478	0,11953	0,35596	0,10687					
Quantidade de ações ao final do período		185.230.346	185.230.346	185.230.346	185.230.346					

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações de resultados abrangentes

Em 30 de Setembro de 2017 e 30 de Setembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Consolidado		Controladora		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	01/07/2017 á 30/09/2017	01/07/2016 á 30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016	01/07/2017 á 30/09/2017	01/07/2016 á 30/09/2016
Resultado do período	143.533	22.137	65.941	19.800	143.512	22.137	65.934	19.800
Outros resultados abrangentes - ORA	(492)	(19.974)	(656)	(6.351)	(492)	(19.973)	(656)	(6.350)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(334)	(20.809)	(1.053)	(6.752)	(334)	(20.809)	(1.053)	(6.751)
Ativos financeiros disponíveis para venda - variação líquida no valor justo	(158)	835	397	401	(158)	836	397	401
Resultado abrangente total	143.041	2.163	65.285	13.449	143.020	2.164	65.278	13.450
Resultado abrangente atribuível aos:								
Acionistas controladores	143.020	2.166	65.278	13.445	143.020	2.164	65.278	13.450
Acionistas não controladores	21	(3)	7	4	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Em 30 de Setembro de 2017 e 30 de Setembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora					Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de reavaliação reflexa em controladas	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total		
Saldos em 01 de janeiro de 2016	565.913	9.079	14.478	(553.979)	35.491	263	35.754
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(686)	-	686	-	-	-
Outros resultado abrangentes							
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	(19.974)	-	(19.974)	(42)	(20.016)
Lucro do período	-	-	-	22.137	22.137	-	22.137
Saldos em 30 de setembro de 2016	565.913	8.393	(5.496)	(531.156)	37.654	221	37.875
Saldos em 01 de janeiro de 2017	565.913	8.166	(5.065)	(517.377)	51.637	226	51.863
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(671)	-	671	-	-	-
Outros resultado abrangentes							
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	(334)	-	(334)	13	(321)
Ativos financeiros disponíveis para venda - variação líquida no valor justo	-	-	(158)	-	(158)	-	(158)
Lucro do período	-	-	-	143.512	143.512	-	143.512
Saldos em 30 de setembro de 2017	565.913	7.495	(5.557)	(373.194)	194.657	239	194.896

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Em 30 de Setembro de 2017 e 30 de Setembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	143.533	22.137	143.512	22.137
Ajustes para:	-	-	-	-
Depreciação e amortização	41.410	44.445	314	312
Perdas por valor recuperável no estoque	3.687	2.158	-	-
Valor líquido dos itens tangíveis e intangíveis baixados	10.169	8.252	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	(6.717)	(831)	42	(1)
Perdas com contingências	11.800	16.285	(1.143)	157
Resultado da equivalência patrimonial	(1.365)	(1.989)	(144.270)	(25.258)
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	5.105	(3.806)	-	-
Variação cambial	-	1.574	492	-
Encargos financeiros e variação cambial reconhecidos no resultado	22.146	59.307	(492)	-
Impostos diferidos	(62)	864	-	-
Participação de minoritário	(21)	(42)	-	-
	229.685	148.354	(1.545)	(2.653)
Variações nos ativos e passivos				
Aplicações financeiras	8.958	-	-	-
Contas a receber de clientes	(12.422)	(8.863)	-	-
Estoques	(2.345)	23.953	-	-
Despesas pagas antecipadamente	(4.001)	(5.132)	12	5
Impostos a recuperar	(12.240)	15.093	(148)	(187)
Outras contas a receber	16.367	(42.189)	(624)	(1.712)
Depósitos judiciais	(1.227)	(1.582)	(15)	(14)
Fornecedores	25.127	8.792	(465)	(186)
Impostos e contribuições sociais	9.108	6.357	45	2
Salários e férias a pagar	23.035	(88)	-	(88)
Programa de recuperação fiscal - REFIS	-	22.184	-	(109)
Outras contas a pagar	970	20.940	(6)	24
Provisão para contingências utilizada	(13.298)	(13.757)	(478)	(565)
	38.032	25.708	(1.679)	(2.830)
Caixa gerado nas atividades operacionais				
Juros pagos	(30.289)	(55.477)	-	-
	(30.289)	(55.477)	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais				
	237.428	118.585	(3.224)	(5.483)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de imobilizado	(45.973)	(32.461)	-	-
Aquisições de intangível	(530)	(629)	-	-
Aplicações financeiras	-	1.899	-	455
Bens destinados a venda	-	15.369	-	(8)
Ganho e perda na conversão de investimentos	-	(19.974)	-	-
	(46.503)	(35.796)	-	447
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos tomados - Principal	69.817	146.488	-	-
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(252.741)	(247.305)	-	-
Empréstimos tomados empresas ligadas	-	-	3.421	-
Pagamento de empréstimos tomados empresas ligadas	(5.000)	-	-	(3.356)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-	-	-	8.337
	(187.924)	(100.817)	3.421	4.981
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento				
Aumento de caixa e equivalentes de caixa				
	3.001	(18.028)	197	(55)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17.094	24.693	10	59
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	20.095	6.665	207	4
Aumento de caixa e equivalentes de caixa				
	3.001	(18.028)	197	(55)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Vulcabras|azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receitas	1.093.839	944.105	722	(87)
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.071.932	941.575	-	-
Outras receitas e despesas	25.800	5.152	722	(87)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.893)	(2.622)	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(413.219)	(449.978)	(804)	(2.180)
Matérias-primas consumidas	(242.784)	-	-	-
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(67.740)	(350.521)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(102.638)	(99.322)	(804)	(2.180)
Perda/recuperação de valores ativos	(57)	(135)	-	-
Valor adicionado bruto	680.620	494.127	(82)	(2.267)
Retenções	(41.409)	(44.445)	(314)	(317)
Depreciação, amortização e exaustão	(41.409)	(44.445)	(314)	(317)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	639.211	449.682	(396)	(2.584)
Valor adicionado recebido em transferência	46.237	40.724	147.743	27.979
Resultado de equivalência patrimonial	1.365	1.990	144.270	25.258
Receitas financeiras	40.645	35.055	422	402
Outras	4.227	3.679	3.051	2.319
Valor adicionado total a distribuir	685.448	490.406	147.347	25.395
Distribuição do valor adicionado	685.448	490.406	147.347	25.395
Pessoal	322.111	279.897	2.900	2.660
Remuneração direta	227.398	201.188	-	-
Benefícios	37.383	34.600	-	-
FGTS	15.644	14.240	-	-
Comissões sobre vendas	38.070	25.144	-	-
Honorários da diretoria	3.616	4.725	2.900	2.660
Impostos, taxas e contribuições	141.617	126.682	734	468
Federais	117.553	96.218	734	468
Estaduais	23.925	30.326	-	-
Municipais	139	138	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	78.187	61.690	201	127
Juros	76.433	59.307	200	127
Aluguéis	1.752	2.383	-	-
Outras	2	-	1	-
Remuneração de capitais próprios	143.533	22.137	143.512	22.140
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-
Lucros retidos	143.512	22.140	143.512	22.140
Participações dos acionistas não controladores	21	(3)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Vulcabras Azaleia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Jundiá - SP, Brasil. As operações fabris estão concentradas nas controladas das unidades do Nordeste, nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe. Como controladora final, a Companhia possui ainda investimentos em outras sociedades, a comercialização e produção nos mercados internos e externos de produtos de vestuários, principalmente, de artigos esportivos e calçados masculinos, femininos e profissionais, através de suas controladas diretas e indiretas:

- Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
- Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.;
- Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.;
- Vulcabras Azaleia Administración S.A. (situada na Argentina);
- Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias:
 - Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
 - Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.;

Assim como possui as seguintes distribuidoras no exterior: Calzados Azaléia Colômbia Ltda., Calzados Azaléia Peru S.A.

As marcas administradas pelas sociedades compreendem:

- Marcas próprias: Azaléia, Dijean, Olk , Olympikus, Opanka e Vulcabras.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e contemplam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, consistentes com às utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de setembro de 2017.

A autorização para a conclusão destas demonstrações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração em 14 de novembro de 2017.

2.2 Base de mensuração

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas em IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia, conforme comentado na Nota 2.4. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações trimestrais apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** - Estoques: reconhecimento de perdas com estoques sem movimentação.
- **Nota explicativa 10 b** - Impostos diferidos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados

- **Nota explicativa 11** - Depósitos Judiciais: reconhecimento e mensuração de depósitos judiciais; e;
- **Nota explicativa 19** - Provisões: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

3 Principais políticas contábeis

Estas informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto com a Nota 3 - Principais políticas contábeis, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

3.1 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

3.2 Ativos mantidos para venda

A Companhia mantém ativos destinados à venda, classificados no ativo não circulante, os quais são mensurados com base no menor valor entre seu valor contábil e o valor justo, deduzindo dos custos de vendas.

Os ativos têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente. Caso haja indicadores de perda no valor recuperável dos ativos, deverá reconhecer tais perdas nos termos do CPC 01 (R1). Os ativos mantidos para venda não serão depreciados nos termos do CPC 31.

3.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A Administração da Companhia e suas controladas definiram que a moeda funcional, para as empresas localizadas no Brasil, é o real. A controlada direta, Vulcabras Azaleia Administración S.A possui conversão da moeda corrente originária do seu país (moeda funcional), peso argentino, para o real. A controlada Globalcyr elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. A controlada Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui suas seguintes controladas diretas no exterior: Azaleia U.S.A. Inc. e Calçados Azaleia de Colômbia Ltda., que possuem conversão da moeda corrente originária de cada país (moeda funcional), dólar norte-americano e peso colombiano, respectivamente, para o real. A Calçados Azaléia Peru elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. A controlada Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui a controlada Vulcabras Azaleia Sporting Goods Índia Private Limited no exterior que elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano e também efetua sua conversão para o real. Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. As atualizações da conta de investimentos decorrente da variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, os ajustes decorrentes da variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamentos, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia (Real) na data da transação, ou seja, na data que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou no estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

3.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.5 Impostos

a. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial.
- As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado e alíquota de 1,5% de contribuição previdenciária.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL

diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

3.6 Subvenção governamental

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

3.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse

item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Da mesma forma, a vida útil dos bens foi revista nos respectivos momentos. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que venha a ser parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota 14. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

3.9 Investimentos

Os investimentos com participação no capital votante ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com o BRGAAP.

Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajuste a avaliação patrimonial no patrimônio líquido, exceto quando estes investimentos na essência forem uma extensão das atividades da matriz no Brasil, situação em que a variação cambial é reconhecida no resultado.

3.10 Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é reconhecida ao método do custo. O custo de uma propriedade para investimento comprada compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível.

3.11 Ativo intangível

(i) **Ágio**

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis.

(ii) **Mensuração subsequente**

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. Com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil das companhias investidas registradas por equivalência patrimonial.

(iii) **Amortização**

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua vida útil.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

3.12 Ativos não-financeiros (Impairment)

Conforme determinações do CPC 01 (R1), a Companhia analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente, o ativo imobilizado e o intangível, na data de cada encerramento das demonstrações financeiras. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

3.13 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como

outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.14 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

Foram constituídas perdas estimadas em montantes considerados suficientes pela Administração para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa e para descontos por pontualidade. O critério de constituição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a análise dos riscos de crédito de clientes que possuem débitos na Companhia, com títulos vencidos há mais de 90 dias, desconsiderando os que possuem acordos judiciais, extrajudiciais ou garantias.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 8.

(iv) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa em sua maioria são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo” por meio do resultado (Nota 5). Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

(v) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

(vi) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos, quando aplicáveis, como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

(vii) **Capital social**

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo circulante.

3.15 Aplicação de julgamentos, estimativas e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas. Tais estimativas e premissas relacionadas são baseadas em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados os fatos e circunstâncias. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As premissas chave das estimativas são revisadas de forma contínua. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada. As estimativas e premissas com risco de impacto material nos valores de ativos e passivos, dentro do próximo exercício, são discutidas a seguir:

a. Impostos diferidos

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros estimados. Os valores registrados envolvem considerável julgamento da Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo ou passivo fiscal diferido.

b. Teste de valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e os ativos não financeiros, tais como o imobilizado e o intangível, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25, quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

3.16 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm

sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado, propriedade para investimento, bens destinados à venda é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3.17 Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração individual do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, aplicável às companhias abertas. A demonstração consolidada do valor adicionado não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada como informação suplementar.

3.18 Pronunciamentos do IFRS emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A

adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o Grupo não obteve resultado dessa análise.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Companhia está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o Grupo não obteve resultado dessa análise.

4 Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais individuais consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	% Participação direta		% Participação indireta		% Participação total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	2,00	2,00	98,00	98,00	100,00	100,00
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia Administración S.A.	3,96	3,96	96,04	96,04	100,00	100,00
Globalcyr S.A.	1,55	1,55	98,45	98,45	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Azaleia U.S.A. Inc.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia de Colombia Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia Peru S.A.	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11
Vulcabras Azaleia Sporting Goods Índia Private Limited	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em todas as sociedades consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

a. Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação

Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é a sociedade responsável pela produção e desenvolvimento de calçados da marca Olympikus. Iniciou suas atividades com sede no município de Horizonte, Estado do Ceará, tendo como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação em geral de calçados e artigos esportivos.

Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, com a marca Olympikus. Iniciou suas atividades em 14 de junho de 2006, com sede na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.

A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., foi constituída em 1º de setembro de 2010, com sede na cidade de Itapetinga, estado da Bahia. Seu objetivo é comercializar e distribuir, calçados e confecções com as marcas Olympikus, Olk, Azaleia, Dijean, Opanka e Vulcabras. Iniciou suas atividades no terceiro trimestre de 2011.

Vulcabras Azaleia Administración S.A.

Vulcabras Azaleia Administración S.A. foi constituída em dezembro de 2015. Não possui atividade operacional.

Globalcyr S.A.

A Globalcyr S.A., encontra-se com as suas operações paralisadas.

Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., é uma indústria brasileira de calçados, localizada na cidade de Parobé, estado do Rio Grande do Sul, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados, artigos de vestuário, couros e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes, estes para o seu próprio consumo e venda a terceiros.

Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados e artigos esportivos, com as marcas Olympikus, Olk, Azaléia, Dijean, Opanka e Botas. Constituída em 3 de agosto de 1995, com sede na cidade de Itapetinga, no Estado da Bahia.

Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados e artigos esportivos, com as marcas Azaléia e Dijean. Constituída em 08 de outubro de 1992, inicialmente na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, passou a operar na cidade de Frei Paulo, no Estado de Sergipe a partir de 06 de fevereiro de 2003.

Calzados Azaleia Peru S.A.

A Calzados Azaleia Peru S.A. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos das marcas Olympikus, Olk, Azaleia, Dijean e Opanka no mercado peruano. Adquirida no final de 1998, iniciou as atividades de importação e comercialização das marcas da empresa em 1999.

Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.

A Calzados Azaleia de Colômbia Ltda. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos das marcas Olympikus, Olk, Azaleia, Dijean e Opanka no mercado colombiano. Iniciou naquele país em 1999 como escritório, passando a importar e comercializar as marcas da Vulcabras Azaleia S.A. em 2000.

Vulcabras Azaleia Sporting Goods Índia Private Limited

Vulcabras Azaleia Sporting Goods Índia Private Limited, encontra-se com as suas operações paralisadas.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos dos períodos das sociedades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as sociedades. Os prejuízos entre as companhias que indicam uma redução no valor recuperável de ativos não são eliminados na consolidação;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de resultado não realizado apresentado como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Caixa e bancos conta movimento	1.626	4.746	34	10
CDB Fluxo de caixa	8.194	1.713	173	-
Debêntures/Compromissada	8.827	1.862	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no exterior	1.448	-	-	-
	20.095	17.094	207	10

Caixa e equivalentes de caixa são remunerados a taxas flutuantes, baseadas no Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações que remuneram o saldo de conta corrente (CDB Fluxo de Caixa) são efetuadas conforme disponibilidade de saldo bancário e os resgates ocorrem conforme necessidades imediatas do caixa da Companhia.

Essas aplicações referem-se, exclusivamente, a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, pós-fixados, remunerados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, à rentabilidade de 10% e estão destinados à negociação imediata e disponíveis para utilização nas operações da Companhia. Ressaltamos que tais aplicações têm liquidez diária, independentemente de seu prazo de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer tempo e sem perdas de seus rendimentos. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

As debêntures compromissadas são aplicações de renda fixa, em que o banco vende um título de emissão dele ou sob sua custódia e se compromete a recomprá-lo a qualquer momento por uma taxa percentual (%) do CDI acordada no momento da aplicação.

6 Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras no país:				
CDB pós-fixados	2.653	4.746	2	44
Títulos de capitalização	1.723	1.713	-	-
Títulos disponíveis para venda - Ações	1.704	1.862	-	-
	6.080	8.321	2	44
Circulante	2.182	6.407	-	42
Não circulante	3.898	1.914	2	2

Os títulos disponíveis para venda referem-se às aplicações em ações e quotas de fundos de investimento, disponíveis para a venda e avaliados a valor justo, com efeito em outros resultados abrangentes. As quotas de fundos de investimentos foram disponibilizadas pelos respectivos administradores e refletem o valor de mercado destes ativos financeiros. As ações foram valorizadas de acordo com a cotação da Bovespa, na data do balanço.

As controladas têm a intenção e capacidade de manutenção dos CDBs até as datas de vencimento, razão pela qual foram classificados como ativos financeiros mantidos até vencimento. O saldo de CDBs pós-fixado em 2017 está atrelado a garantias, portanto, não tem liquidez diária e foram remunerados a taxas que variam entre 90% a 99% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7 Contas a receber de clientes

a. Composição dos saldos

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Contas a receber		
No país:		
Clientes	366.776	345.364
No exterior:		
Clientes	42.402	51.392
Subtotal do contas a receber de clientes	409.178	396.756
Perdas estimadas para liquidação de crédito duvidosa	(29.269)	(24.164)
Total do contas a receber de clientes, líquido	379.909	372.592

b. Por vencimento

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
A vencer		
1 a 30 dias	117.981	64.957
31 a 60 dias	105.542	82.909
61 a 90 dias	78.079	115.292
Acima de 90 dias	61.295	83.163
	362.897	346.321
Vencidos		
1 a 30 dias	5.420	22.340
31 a 60 dias	5.625	2.649
61 a 90 dias	4.875	1.282
Acima de 90 dias	30.361	24.164
	46.281	50.435
	409.178	396.756

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no período findo em 30 de setembro de 2017 é de R\$ (29.269) (R\$ 24.164 em 31 de dezembro de 2016) que representa os critérios descritos conforme mencionado no item (c) abaixo.

c. Critérios de mensuração das perdas com clientes (impairment)

O critério adotado para a constituição de perdas estimadas com liquidação de crédito duvidosa foi baseado nos títulos vencidos há mais de 90 dias e, na análise individual do saldo de cada cliente, pois essa provisão deve ser feita para cobrir as perdas estimadas na cobrança do contas a receber de clientes, constituídas em montantes julgados suficientes.

O critério utilizado para a constituição de perdas com liquidação de crédito duvidosa é o mesmo para a carteira de clientes mercado interno e externo.

d. Movimentação da provisão (impairment)

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, no período findo em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(24.164)	(15.349)
Complemento de provisão	(7.645)	(16.954)
Recuperação de provisões	2.540	8.139
Saldo final	(29.269)	(24.164)

e. Concentração da carteira

	Consolidado			
	30/09/2017		31/12/2016	
Cientes (partes não relacionadas)				
Maior cliente	23.078	6%	34.882	8%
2º a 11º maiores clientes	88.940	22%	89.052	23%
12º a 50º maiores clientes	57.867	14%	58.664	15%
Outros clientes	239.293	58%	168.992	43%
	409.178	100%	351.590	89%
Partes relacionadas	-	-	45.166	11%
Total da carteira de clientes	409.178	100%	396.756	100%

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos circulantes e não circulantes. Considerando o prazo médio de recebimento desses créditos de aproximadamente 63 dias em 2017 (64 dias em 31 de dezembro de 2016), os efeitos de ajustes a valor presente foram julgados imateriais e, portanto, não foram contabilizados no resultado, a exemplo do que ocorreu com as contas a pagar de curto prazo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na Nota 28.

8 Estoques

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Produtos acabados	75.113	81.712
Produtos em elaboração	17.057	16.864
Matérias primas	77.145	69.195
Material de embalagem e almoxarifado	18.485	16.626
Mercadorias em trânsito	381	2.916
Importações em andamento	400	2.610
	188.581	189.923

a. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

As sociedades controladas, com base em análise histórica e estimativa de perdas, constituem provisão para perdas na realização dos estoques. Nos estoques de matérias primas e produtos em elaboração foi provisionada a totalidade dos itens sem movimentação há mais de 180 dias. Nos estoques de produtos acabados foram avaliados todos os itens e provisionadas as potenciais perdas frente às perspectivas de venda de cada um deles, efetuando a provisão de 100% dos itens que apresentaram margem de contribuição negativa. Em 30 de setembro de 2017, a provisão para perdas de produtos acabados é de R\$ 2.004 (R\$ 1.655 em 31 de dezembro de 2016), a provisão para perdas sobre matérias-primas é de R\$ 8.179 (R\$ 7.524 em 31 de dezembro de 2016) e a provisão para perdas de produtos em elaboração é de R\$ 8.109 (R\$ 5.426 em 31 de dezembro de 2016).

O valor de matéria-prima, mão de obra e custos indiretos de fabricação utilizados na composição dos custos de produtos vendidos é de R\$ 515.740 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 480.633 em 30 de Setembro de 2016).

b. Movimentação da provisão (impairment)

A movimentação da provisão para perdas na realização do estoque nos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(14.605)	(7.988)
Adições do período	(3.687)	(6.617)
Saldo final	(18.292)	(14.605)

9 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
ICMS	4.154	2.853	20	20
IPI	1.499	1.313	-	-
PIS/COFINS	1.352	931	-	-
Créditos fiscais em outros países	-	204	-	-
FINSOCIAL	3.037	2.918	2.482	2.363
Reintegra	1.130	254	-	-
PRT (*)	11.675	2.202	491	468
	22.847	10.675	2.993	2.851
Circulante	17.856	5.573	511	488
Não circulante	4.991	5.102	2.482	2.363

(*) Companhia através de suas controladas aderiu ao Programa de Regularização Tributária - PRT. Veja maiores detalhes na nota explicativa 10.c.

10 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda - antecipação

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de renda -antecipação	2.221	2.153	93	87
	2.221	2.153	93	87

b. Imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Diferenças temporais no exercício		
Reavaliação de imobilizado	(3.861)	(4.206)
Imposto de renda diferido - controlada no exterior	116	399
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(3.745)	(3.807)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	116	399
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(3.861)	(4.206)

As controladas no Brasil têm o valor dos impostos diferidos passivos sobre reavaliação do imobilizado no valor de R\$ (3.861) e impostos diferidos ativos de controlada no exterior no valor de R\$ 116.

O imposto de renda e contribuição social diferido e corrente está contabilizado no resultado consolidado. Conforme demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2307)	(579)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>(278)</u>	<u>(191)</u>
	<u>(2.585)</u>	<u>(770)</u>

c. Prejuízos fiscais a compensar

A Companhia e suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., possuem incentivos fiscais relevantes o que reduz significativamente a capacidade de compensação de eventuais créditos de imposto de renda diferidos. A Administração está monitorando periodicamente as renovações dos incentivos fiscais. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a controladora e suas controladas possuíam prejuízos fiscais a compensar e bases negativas de contribuição social, sobre os seguintes valores-base:

Vulcabras Azaleia S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2017

30/09/2017

	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Vulcabras azaleia S.A	Total
Saldo em 01.01.2017	449.430	620.386	124.111	63.432	225.269	16.027	141.614	1.640.269
Prejuízo (lucro) acumulado no período	(36.565)	(4.353)	114	11.066	9.271	3.106	4.309	(13.052)
Programa de Regularização Tributária - PRT	(32.131)	(2.162)	(349)	-	(393)	-	-	(35.035)
Compensação prejuízos fiscais 30%	(16.662)	(1.866)	-	-	-	-	-	(18.528)
Prejuízos fiscais apurados em 30.09.2017	364.072	612.005	123.876	74.498	234.147	19.133	145.923	1.573.654
Saldo em 01.01.2017	1.196.038	631.747	124.209	63.432	258.056	16.027	143.729	2.433.238
Base negativa acumulada	(13.587)	(4.353)	114	11.066	9.271	3.106	4.309	9.926
Compensação base negativa CSLL 30%	(5.823)	(1.866)	-	-	-	-	-	(7.689)
Base negativa de contribuição social em 30.09.2017	1.176.628	625.528	124.323	74.498	267.327	19.133	148.038	2.435.475

31/12/2016

	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Vulcabras azaleia S.A	Total
Saldo em 01.01.	447.749	602.396	118.041	56.148	214.777	11.344	137.672	1.588.127
Prejuízo (lucro) acumulado no período	1.681	17.990	6.070	7.284	10.492	4.683	3.942	52.142
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2016	449.430	620.386	124.111	63.432	225.269	16.027	141.614	1.640.269
Saldo em 01.01.2017	1.147.343	613.757	118.139	56.148	247.564	11.344	139.786	2.334.081
Base negativa acumulada	48.695	17.990	6.070	7.284	10.492	4.683	3.943	99.157
Base negativa de contribuição social em 31.12.2016	1.196.038	631.747	124.209	63.432	258.056	16.027	143.729	2.433.238

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

Conforme demonstrado no quadro, em maio de 2017, a Companhia através de suas controladas aderiu ao Programa de Regularização Tributária - PRT que consiste no benefício previsto no artigo 3º da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, e regulado pela Portaria PGFN nº 152, de 02 de fevereiro de 2017, que tem por objetivo a quitação de débitos da Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2016.

Dentre as opções disponibilizadas pelo programa a Companhia optou por abdicar de todas as solicitações de créditos feitas anteriormente, no intuito de reconhecer seus débitos tributários para assim quita-los com a opção de 20% do total dos débitos pagos como entrada R\$ 8.758.798,51, despesas acrescidas ao processo de R\$ 7.697.041,66 e os 80% restantes abatidos dos saldos de prejuízos fiscais ou base negativa da CSLL R\$ 35.035.194,02.

O reflexo positivo no resultado da controladora causado pela utilização dos prejuízos fiscais para abater os débitos tributários, totalizaram R\$ 18.579.953,85 líquidos. Todos os impostos federais e previdenciários foram incluídos ao processo do PRT.

11 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários (Nota 19), conforme demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Depósitos judiciais				
Cíveis	222	205	122	122
Trabalhistas	31.076	30.138	812	802
Tributários	8.982	8.710	103	98
Total	40.280	39.053	1.037	1.022

Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se, principalmente, à hora extra, adicional noturno, férias, equiparação salarial e doença do trabalho.

Os depósitos judiciais trabalhistas dizem respeito, em sua maioria, aos valores depositados nos autos referentes a recursos ordinários, recursos de revista, depósitos em garantia e penhora *online* de parte dos processos trabalhistas em execução.

Cíveis

Os processos cíveis, em sua maior parte, têm como objetos pedidos de indenizações por danos materiais e/ou morais, principalmente, nos casos de (i) acidentes de trabalho; ou (ii) causados por defeito da fabricação de produtos. Os depósitos judiciais cíveis são relativos a estes processos, realizados como garantia para a discussão dos valores nos mesmos pleiteados.

Tributária

Os depósitos judiciais tributários referem-se à ação em que as empresas do grupo Vulcabras Azaleia são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS e PIS.

12 Mútuos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com seus administradores e suas controladas na Argentina, Colômbia, Brasil e Peru.

Na Companhia e suas controladoras, os contratos de mútuo são atualizados por taxa DI-CETIP.

a. Transações com controladora

As transações entre a controladora e sua controlada, que são eliminadas para fins de consolidação, foram realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, assim representados:

Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	30/09/2017	31/12/2016
Passivo		
Mútuo com controladas	4.964	1.543
Parte relacionada		
Mútuo com controladores	89.000	89.000
Total	93.964	90.543

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia mantém com os controladores, mútuo no montante de R\$ 89.000 (R\$ 89.000 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente, classificados no passivo não circulante, destinado a cobrir necessidades temporárias de caixa, sem incidência de encargos financeiros. Tais mútuos não possuem quaisquer garantias nem prazo de vencimento. Os contratos referentes aos tais mútuos possuem, em conjunto, limite máximo de R\$ 250.000, sendo que o valor máximo até hoje utilizado foi de R\$ 89.000.

b. Operações entre sociedades controladas

Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas

A controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com as suas controladas operações de compra, venda e mútuos financeiros destinados a cobrir necessidades temporárias de caixa, sobre os quais incidiram encargos relativos à variação do CDI, sendo os saldos assim compostos:

Controlada Vulcabras Azaleia CE com suas controladas

	Vulcabras Azaleia RS Consolidado	Vulcabras Distribuidora	30/09/2017	31/12/2016
Ativo				
Contas a receber	-	-	-	3.471
Outros créditos	1.487	-	1.487	877
Adiantamento para futuro aumento de capital	42.551	3.915	46.466	231.405
	Vulcabras Azaleia BA	Vulcabras Distribuidora	30/09/2017	31/12/2016
Passivo				
Contas a pagar	-	-	-	8.740
Outros débitos	-	-	-	2
Mútuos a pagar	3.108	-	3.108	3.165
	Vulcabras Azaleia RS	Vulcabras Distribuidora	30/09/2017	30/09/2016
Resultado				
Vendas diversas - Operações mercantis	-	-	-	6.036
Compras diversas - Operações mercantis	-	-	-	1.136
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(666)	-	(666)	1.074

Parte relacionada

Principal natureza das transações

Vulcabras Azaleia RS

Operações mercantis de compra e venda de calçados e confecções e mútuos e Adiantamento para futuro aumento de capital

A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com os controladores mútuo, no montante de R\$ 161.150 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 166.150 em 31 de dezembro de 2016), classificados no passivo não circulante, destinado a cobrir necessidades temporárias de caixa, sem incidência de encargos financeiros. Tal mútuo não possui quaisquer garantias nem prazo de vencimento. O contrato referente ao tal mútuo possui limite máximo de R\$ 200.000, sendo que o valor máximo até hoje utilizado foi de R\$ 166.150 uma vez que R\$ 5.000 foram devolvidos pela Companhia aos controladores no 2º trimestre de 2017.

c. Preço de transferência

A Companhia e suas controladas analisam anualmente o preço de transferência, principalmente, nas operações entre as controladas brasileiras, Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., com as controladas Calzados Azaleia Colômbia Ltda. e Calzados Azaleia Peru S.A., localizadas na Colômbia e Peru, respectivamente.

d. Remuneração da Administração

Em 28 de abril de 2017, o Conselho de Administração da Companhia em Assembleia Geral Ordinária, fixou em até R\$ 9.471, a remuneração global anual dos Administradores, que será rateada em posterior deliberação do Conselho da Administração. No período findo de 30 de setembro de 2017, a Companhia pagou remuneração a seus Administradores no montante de R\$ 3.889 (R\$ 4.725 em 30 de setembro de 2016).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não pagou a suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós-emprego; e d) remuneração baseada em ações.

13 Investimentos

a. Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Participações societárias permanentes:				
Em controladas	-	-	278.053	80.516
Em coligadas	29.393	29.624	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	279	109	-	52.935
Total	29.672	29.733	278.053	133.451

A controlada Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem participação de 25% na coligada PARS Participações Ltda., que por sua vez detém 100% na Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. Considerando que a Companhia tem apenas influência significativa, este investimento não é consolidado nas demonstrações financeiras, nos termos do CPC 36 (R3).

b. Movimentação dos investimentos

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Saldos iniciais	29.733	27.622	133.451	365.569
Equivalência patrimonial (*)	1.365	2.112	197.537	(1.093)
Transferência de provisão para perdas com investimentos	-	-	-	(223.089)
Adiantamento para futuro aumento de capital em investida	-	(1)	(52.935)	(7.936)
Baixa de investimento (investida)	(1.426)	-	-	-
Saldos finais	29.672	29.733	278.053	133.451

(*) Inclui o valor de equivalência patrimonial líquido do efeito da variação cambial de suas controladas no exterior, contabilizado diretamente no patrimônio líquido da controladora, como consequência, não afeta a equivalência patrimonial registrada no resultado.

c. Conciliação da equivalência patrimonial

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Equivalência patrimonial (resultado)	1.365	2.112	144.270	40.481
Provisão para perdas com investimentos	-	-	(102)	(22.031)
Diferenças cambiais de conversão de operação no exterior	-	-	(334)	-
Aumento de capital em controlada	-	-	53.861	-
Ativos financeiros disponíveis para venda - Variação Líquida no valor justo	-	-	(158)	(19.543)
Equivalência patrimonial, líquida (investimento)	1.365	2.112	197.537	(1.093)

d. Dados sobre participações diretas - Controladora

	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.		Vulcabras Azaleia Administración S.A.		Globalcyr S.A.		Total	
	30/09/17	31/12/16	30/09/17	31/12/16	30/09/17	31/12/16	30/09/17	31/12/16	30/09/17	31/12/16
Ativo total	903.937	960.653	18.027	42.295	1.475	15.063	19	73	-	-
Passivo total	626.041	827.807	7.533	12.018	782	17.560	4.696	4.996	-	-
Capital social	909.953	856.092	60.045	10.000	2.715	2.715	1.056	1.056	-	-
Receita líquida	596.378	740.976	14.312	13.560	-	179	-	-	-	-
Resultado do período	144.350	40.985	(10.135)	(5.514)	3.179	(10.700)	(70)	(105)	-	-
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	247.178	247.178	200	200	1.983	1.983	10	10	-	-
Patrimônio líquido	277.896	132.846	10.494	30.277	693	(2.497)	(4.677)	(4.923)	-	-
Participação no capital social, no final do período - %	99,99%	99,99%	2,00%	2,00%	3,96%	3,96%	1,54%	1,54%	-	-
Participação societária permanente em controladas	277.894	79.911	132	606	27	-	-	-	278.053	80.516
Provisão para passivo para perda com investimento	-	-	-	-	-	(99)	(72)	(76)	(72)	(175)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	52.935	-	-	-	-	-	-	-	52.935
Resultado de equivalência patrimonial	144.349	40.985	(202)	(110)	126	(392)	(1)	(2)	144.270	40.481

e. Dados sobre as participações indiretas

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui participação indireta nas sociedades a seguir relacionadas, através de suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.:

Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

30/09/2017	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A	Vulcabras Azaleia Administración S.A.
Ativo total	280.475	18.027	19	1.475
Passivo total	78.125	7.533	4.696	782
Capital social	413.685	60.045	1.056	2.715
Patrimônio líquido	202.350	10.494	(4.677)	693
Receita líquida	672	14.312	-	-
Resultado do período	29.016	(10.135)	(70)	3.179
Participação no capital social	100,00%	98,00%	98,45%	96,04%

31/12/2016	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A	Vulcabras Azaleia Administración S.A.
Ativo total	258.379	42.295	73	15.063
Passivo total	137.651	12.018	4.996	17.560
Capital social	234.669	10.000	1.056	2.715
Patrimônio líquido	120.728	30.277	(4.923)	(2.497)
Receita líquida	1.231	13.560	-	179
Resultado do período	(2.753)	(5.514)	(105)	(10.700)
Participação no capital social	100,00%	98,00%	98,45%	96,04%

Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

30/09/2017	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)	Vulcabras Azaleia Sporting Goods Índia Private Limited (*)	Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.	Azaleia U.S.A. Inc.	Calçados Azaleia Peru S.A.
Ativo total	266.506	66.700	11.632	3	10.173	4.694	31.098
Passivo total	69.298	44.134	17.451	16	10.631	16	4.767
Capital social	459.929	60.324	8.207	5.788	841	18.845	1.072
Patrimônio líquido	197.208	22.566	(5.818)	(13)	(458)	4.678	26.330
Receita líquida	282.453	60.572	13.407	-	9.054	-	43.005
Resultado do período	39.431	1.861	(3.379)	-	(1.156)	51	2.102
Participação no capital social	99,99%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%

Vulcabras Azaleia S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2017

	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)	Vulcabras Azaleia Sporting Goods Índia Private Limited(*)	Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.	Azaleia U.S.A. Inc.	Calçados Azaleia Peru S.A.
31/12/2016							
Ativo total	262.955	68.020	8.525	3	8.994	4.979	29.786
Passivo total	104.270	89.353	17.966	17	8.309	17	4.865
Capital social	476.121	14.750	10	5.788	841	18.845	1.072
Patrimônio líquido	158.685	(21.334)	(9.441)	(14)	684	4.962	24.921
Receita líquida	298.200	76.103	18.988	-	16.539	-	63.756
Resultado do período	818	(5.028)	(5.550)	(7)	(1.393)	(72)	676
Participação no capital social	99,99%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%

(*) Participação indireta.

14 Imobilizado

a. Composição da conta

Em 30 de setembro de 2017

	Taxa média de Depreciação % a.a.	Consolidado			
		30/09/2017			31/12/2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	2 a 4	125.762	(75.392)	50.370	53.245
Máquinas e equipamentos	10	320.268	(267.755)	52.513	55.434
Moldes	100	205.427	(189.040)	16.387	13.557
Móveis e utensílios	10 a 20	25.202	(20.604)	4.598	5.157
Veículos	20	1.922	(1.712)	210	241
Equipamentos de computação	20 a 25	21.613	(19.171)	2.442	2.265
Terrenos	-	3.490	-	3.490	4.106
Obras em andamento	-	530	-	530	6.520
Instalações industriais	10	58.460	(38.171)	20.289	14.312
Benfeitorias em bens de terceiros	10 a 20	89	(89)	-	-
Importações em andamento	-	251	-	251	-
Benfeitorias em propriedade arrendadas	-	5.916	(5.421)	495	-
Outros	10 a 20	1.968	(677)	1.291	2.454
		<u>770.898</u>	<u>(618.032)</u>	<u>152.866</u>	<u>157.291</u>

b. Movimentação do custo

Em 30 de setembro de 2017	Consolidado				
	<u>31/12/2016</u>	<u>30/09/2017</u>			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	125.872	59	(169)	-	125.762
Máquinas e equipamentos	325.236	6.331	(17.209)	5.909	320.267
Moldes	189.181	23.097	(6.852)	-	205.426
Móveis e utensílios	24.847	471	(116)	-	25.202
Veículos	1.972	39	(89)	-	1.922
Equipamentos de computação	21.088	626	(101)	-	21.613
Terrenos	4.106	35	(651)	-	3.490
Obras em andamento	6.520	4.386	(6.408)	(3.968)	530
Instalações industriais	48.579	4.741	(355)	5.495	58.460
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	-	89
Importações em andamento	-	5.907	-	(5.656)	251
Benfeitorias em propriedade arrendada	7.697	-	-	(1.780)	5.917
Outros	1.971	281	(283)	-	1.969
	<u>757.158</u>	<u>45.973</u>	<u>(32.233)</u>	<u>-</u>	<u>770.898</u>

Em 31 de dezembro de 2016	Consolidado				
	<u>2015</u>	<u>2016</u>			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Variação Cambial	Saldo final
Edificações	128.069	18	(1.441)	(774)	125.872
Máquinas e equipamentos	331.720	9.740	(16.224)	-	325.236
Moldes	265.589	23.442	(99.850)	-	189.181
Móveis e utensílios	24.940	848	(563)	(378)	24.847
Veículos	1.955	68	(15)	(36)	1.972
Equipamentos de computação	21.192	640	(365)	(379)	21.088
Terrenos	3.798	308	-	-	4.106
Obras em andamento	3.914	2.797	(192)	1	6.520
Instalações industriais	43.661	5.515	(597)	-	48.579
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	-	89
Importações em andamento	-	4.814	(4.814)	-	-
Benfeitorias em propriedade arrendada	7.697	-	-	-	7.697
Outros	2.156	184	-	(369)	1.971
	<u>834.780</u>	<u>48.374</u>	<u>(124.061)</u>	<u>(1.935)</u>	<u>757.158</u>

c. Movimentação da depreciação

Em 30 de setembro de 2017	Consolidado				
	31/12/2016	30/09/2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	(72.627)	(2.780)	15	-	(75.392)
Máquinas e equipamentos	(269.802)	(13.606)	15.654	-	(267.754)
Moldes	(175.624)	(19.483)	6.067	-	(189.040)
Móveis e utensílios	(19.690)	(991)	77	-	(20.604)
Veículos	(1.731)	(62)	80	-	(1.713)
Equipamentos de computação	(18.823)	(489)	141	-	(19.171)
Instalações industriais	(34.267)	(2.567)	-	(1.337)	(38.171)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	-	-	-	(89)
Benfeitorias em propriedade arrendada	(6.508)	(250)	-	1.337	(5.421)
Outros	(706)	(118)	147	-	(677)
	<u>(599.867)</u>	<u>(40.346)</u>	<u>22.181</u>	<u>-</u>	<u>(618.032)</u>

Em 31 de dezembro de 2016	Consolidado				
	2015	2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Variação Cambial	Saldo final
Edificações	(69.136)	(4.071)	498	82	(72.627)
Máquinas e equipamentos	(264.249)	(19.207)	13.654	-	(269.802)
Moldes	(250.622)	(23.772)	98.770	-	(175.624)
Móveis e utensílios	(18.641)	(1.423)	269	105	(19.690)
Veículos	(1.681)	(81)	15	16	(1.731)
Equipamentos de computação	(18.451)	(850)	302	176	(18.823)
Instalações industriais	(31.798)	(2.898)	429	-	(34.267)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	-	-	-	(89)
Benfeitorias em propriedade arrendada	(6.508)	-	-	-	(6.508)
Outros	(290)	(530)	-	114	(706)
	<u>(661.465)</u>	<u>(52.832)</u>	<u>113.937</u>	<u>493</u>	<u>(599.867)</u>

Os juros de empréstimos e financiamentos não foram capitalizados no custo do ativo imobilizado em andamento, dado que os principais contratos estão relacionados a aquisições de máquinas e equipamentos colocados em funcionamento imediato.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possui saldos contábeis de bens que foram dados como garantia de financiamentos referentes a: edificações no valor de R\$ 52.700 (R\$ 52.700 em 31 de dezembro de 2016); máquinas e equipamentos no valor de R\$ 23.186 (R\$ 23.186 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia e suas controladas decidiram pelo não registro do custo atribuído por entender que os bens estavam ao seu valor justo quando da aquisição da Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. uma vez que os bens haviam sido reavaliados anteriormente e, portanto, já tinham seus registros pelos valores justos. Da mesma forma a vida útil dos bens foi revista em 31 de dezembro de 2016. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

15 Intangível

a. Composição da conta

	Prazo de vida útil	Consolidado		Controladora	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Vida útil definida					
Software	10 anos	29.543	29.248	785	785
Cessão de direito	Prazo contratual	501	88.061	-	-
Amortização acumulada - Software	10 anos	(27.105)	(26.254)	(785)	(785)
Amortização acumulada - Cessão de direito	Prazo contratual	(304)	(88.061)	-	-
Total		<u>2.635</u>	<u>2.994</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Vida útil indefinida					
Marcas e patentes	Indefinido	2.152	2.131	111	111
Ágio (d)	-	<u>198.214</u>	<u>198.214</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>200.366</u>	<u>200.345</u>	<u>111</u>	<u>111</u>
Total Geral		<u>203.001</u>	<u>203.339</u>	<u>111</u>	<u>111</u>

A amortização mensal dos ativos intangíveis é registrada em contrapartida do resultado no grupo de custos das vendas (Software industrial) e despesas de vendas (Cessão de direitos).

b. Movimentação do custo

Em 30 de setembro de 2017				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2017	
Vida útil definida							
Software	10 anos	Linear	29.248	382	(87)	29.543	
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	88.061	127	(87.687)	501	
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes	Indefinida	-	2.131	21	-	2.152	
Ágio	-	-	<u>198.214</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>198.214</u>	
Total			<u>317.654</u>	<u>530</u>	<u>(87.774)</u>	<u>230.410</u>	
Em 31 de dezembro de 2016				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Variação Cambial	Saldo em 31/12/2016
Vida útil definida							
Software	10 anos	Linear	28.538	802	(2)	(90)	29.248
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	79.351	8.778	-	(68)	88.061
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes	Indefinida	-	2.097	34	-	-	2.131
Ágio	-	-	<u>199.848</u>	<u>-</u>	<u>(1.634)</u>	<u>-</u>	<u>198.214</u>
Total			<u>309.834</u>	<u>9.614</u>	<u>(1.636)</u>	<u>(158)</u>	<u>317.654</u>

c. Movimentação da Amortização

Em 30 de setembro de 2017				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf	Saldo em 30/09/2017
Vida útil definida							
Software	10 anos	Linear	(26.254)	(549)	17	(319)	(27.105)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(88.061)	(202)	87.640	319	(304)
Total			(114.315)	(751)	87.657	-	(27.409)

Em 31 de dezembro de 2016				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Variação Cambial	Saldo em 31/12/2016
Vida útil definida							
Software	10 anos	Linear	(25.814)	(450)	1	9	(26.254)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(74.147)	(13.914)	-	-	(88.061)
Total			(99.961)	(14.364)	1	9	(114.315)

d. Ágio na combinação de negócio

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias, contabilizado na controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas; em 2009, deixaram de ser amortizados por serem ativos de vida útil indefinida, conforme deliberação nº 553/08 da CVM e CPC 01 (R1), e são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade, conforme Nota 16.

e. Pesquisa e desenvolvimento

No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia registrou no resultado, na rubrica “custo dos produtos vendidos”, montante de R\$ 12.964 (R\$ 14.814 em 30 de setembro de 2016), que se refere à pesquisa e desenvolvimento.

16 Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis

a. Tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para o exercício findo em 2016, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

O teste de recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil é realizado anualmente pela Companhia.

b. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 198.214 em 30 de setembro de 2017.

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de licenças e ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

O ágio apurado na aquisição do investimento será testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

c. Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis considerou-se a Vulcabras Azaleia S.A. como uma única unidade geradora de caixa.

A Companhia realizou teste de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis em 2016, por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 10 (dez) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se a taxa de 9,5254%

A estimativa do valor em uso utilizou as seguintes premissas:

Receitas

O volume e o preço de venda foram projetados em base real (sem inflação) com base nas estimativas da Companhia e resultam em crescimento composto agregado (CAGR) de 3,1% entre o período de 2016 e 2026.

Custo

O custo dos produtos vendidos foi projetado com base nas estimativas da Companhia.

Após a definição da projeção de vendas foi projetada a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido.

Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos indiretos.

Despesas

As despesas variáveis de vendas foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta.

As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos.

Lucro Líquido e Geração de Caixa Livre

O Lucro Líquido resultante da aplicação das premissas acima cresce com um taxa de crescimento composta (CAGR) de 23,9% entre o período de 2016 a 2026.

A Geração de Caixa Livre é então calculada usando-se projeções de investimentos e variações de capital de giro. Para a perpetuidade a taxa de crescimento utilizada é zero.

17 Fornecedores

a. Composição da conta

	Consolidado		Controladora BRGAAP	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Fornecedores				
No país				
Diversos	84.339	58.107	55	520
No exterior				
Diversos	6.981	8.086	-	-
	91.320	66.193	55	520

b. Por vencimento

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
A vencer		
1 a 30 dias	62.043	44.668
31 a 60 dias	20.408	14.706
61 a 90 dias	7.101	6.553
Acima de 90 dias	1.585	9
	91.136	65.936
Vencidos		
1 a 30 dias	184	202
31 a 60 dias	-	54
61 a 90 dias	-	1
	184	257
	91.320	66.193

c. Concentração da carteira

	Consolidado			
	30/09/2017		31/12/2016	
Fornecedores (partes não relacionadas)				
Maior fornecedor	10.744	13%	7.638	12%
2º a 11º maiores fornecedores	21.817	26%	18.773	28%
12º a 50º maiores fornecedores	18.237	17%	14.957	23%
Outros fornecedores	40.522	44%	24.825	37%
Total de fornecedores (partes não relacionadas)	91.320	100%	66.193	100%

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos circulantes. Considerando o prazo médio de pagamento desses passivos de aproximadamente 42 dias em 30 de setembro de 2017 (43 dias em 31 de dezembro de 2016), os efeitos de ajustes a valor presente foram julgados imateriais e, portanto, não foram contabilizados no resultado, a exemplo do que ocorreu com os ativos circulantes e não circulantes.

18 Financiamentos e empréstimos

a. Composição da conta

	Taxa de juros	Consolidado	
		30/9/2017	31/12/2016
Moeda Nacional			
Ativo Fixo/ Incentivo Fiscal	Taxa Fixa de 4,0% a 7,5% a.a.; TJLP + 5,0% a.a.	27.233	38.234
Capital de Giro	(equalização TJLP - 0,25% a.a.)	-	55.952
Financiamentos de Exportação	CDI + 4,28% a.a.; TJLP + 4,61% a.a.	-	-
CCE - Cédula de Crédito à Exportação	CDI + 2,11% a.a.	65.637	199.438
NCE - Nota de Crédito à Exportação	CDI + 1,47% a 2,38% a.a.	74.914	82.973
		167.784	376.597
Moeda Estrangeira			
Capital de Giro	28,25% a 32,43% a.a.	-	1.969
Capital de Giro	2,95% a.a.	158.729	101.336
Financiamentos de Exportação			
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio		-	16.248
PPE - Pré Pagamento de Importação	6,59% a 7,25% a 8,60% a.a.	12.987	19.998
Financiamentos de Importação			
FINIMP - Financiamento de Importação	7,16% a 7,26% a.a.	9.194	23.120
		180.910	162.671
Total dos empréstimos e financiamentos		348.694	539.268
Circulante		144.891	275.116
Não circulante		203.803	264.152

Em 30 de setembro de 2017, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/09/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	144.891	42%	275.116	51%
2017	26.879	8%	275.117	51%
2018	128.866	37%	129.672	24%
2019	129.077	37%	134.479	25%
2020	63.871	18%	-	-
Não circulante	203.803	58%	264.152	49%
Total	348.694	100%	539.268	100%

b. A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	30/09/2017	31/12/2016
Saldos iniciais	539.268	675.459
Ingressos	69.817	260.889
Encargos	27.929	77.829
Varição monetária e cambial	(5.290)	(14.351)
Varição monetária e cambial Argentina	-	(10.262)
Amortizações de principal	(252.741)	(371.999)
Pagamentos de juros	(30.289)	(78.297)
Saldos finais	348.694	539.268

c. Avais e garantias

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias, alienação fiduciária de bens, penhor, caução de duplicatas e hipoteca do prédio industrial da Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

d. Cláusulas restritivas

Alguns financiamentos contratados possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação documental e física, as aquisições de imobilizados, volumes de exportações realizadas e objetivos alçados em P&D. Essas cláusulas são controladas e vem sendo plenamente atendidas dentro dos prazos definidos nos contratos.

A Companhia e suas controladas não têm conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade ou que venha causar o não cumprimento das cláusulas restritivas.

e. Novos financiamentos

A Companhia contratou até 30/09/2017, novos financiamentos de capital de giro.

- Credit Agreement: USD 20 milhões - Banco Citibank.
- Adiantamento do contrato de câmbio: USD 1,6 milhões - Banco Bradesco

19 Provisões

A Companhia e as suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, dentre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, segue os critérios de reconhecimento das provisões estabelecido pela Deliberação CVM nº 489/05 e CPC 25, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária à divulgação de uma contingência passiva.

A análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e as classificou como circulante e não circulantes, como se segue:

a. Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Provisão para demandas judiciais e administrativas				
Cíveis	2.340	2.018	645	648
Trabalhistas	47.407	48.281	489	2.017
Tributárias	9.706	9.870	182	272
Provisão para indenizações	17.434	18.217		-
Total	76.887	78.386	1.316	2.937
Circulante	52.219	45.751	568	1.151
Não circulante	24.668	32.635	748	1.786

b. Ações trabalhistas (Consolidado)

Referem-se, substancialmente, a pedidos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, insalubridade, periculosidade, férias, FGTS e aviso prévio.

c. Ações cíveis (Consolidado)

Referem-se, basicamente, a indenização por danos morais e materiais.

d. Ações tributárias (Consolidado)

Referem-se a ações em que as empresas do grupo Vulcabras Azaleia são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS.

e. Provisão para indenizações

A provisão para indenizações cujo saldo em 30 de setembro de 2017, no passivo não circulante é de R\$ 17.434 (R\$ 18.217 em 31 de dezembro de 2016), corresponde à provisão com base em estimativa do valor a pagar com indenizações a representantes, que poderão resultar em desembolso futuro de caixa, quando da rescisão de contrato. Os valores das indenizações foram

calculados em 1/12 avos sobre as comissões pagas aos representantes até 31 de dezembro de 2008, sendo o saldo atualizado pelo índice IGP-M, refletindo valores presentes da obrigação.

Os efeitos da provisão para indenização são registrados em contrapartida do resultado na rubrica despesas com vendas.

f. Movimentação dos processos

Em 30 de setembro de 2017	Consolidado			
	31/12/2016	30/09/2017		
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Natureza				
Cíveis	2.018	427	(105)	2.340
Trabalhistas	48.281	11.362	(12.237)	47.406
Tributárias	9.870	12	(175)	9.707
Indenizações	18.217	(1)	(782)	17.434
Total	78.386	11.800	(13.298)	76.887

Em 30 de setembro de 2017	Controladora			
	31/12/2016	30/09/2017		
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Natureza				
Cíveis	648	29	(32)	645
Trabalhistas	2.017	(1.173)	(355)	489
Tributárias	272	1	(91)	182
Total	2.937	(1.143)	(478)	1.316

Em 31 de dezembro de 2016	Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2016		
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Natureza				
Cíveis	1.738	459	(179)	2.018
Trabalhistas	46.841	18.586	(17.146)	48.281
Tributárias	8.369	1.425	76	9.870
Indenizações	17.518	699	-	18.217
Total	74.466	21.169	(17.249)	78.386

Em 31 de dezembro de 2016	Controladora			
	31/12/2015	31/12/2016		
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Natureza				
Cíveis	776	(95)	(33)	648
Trabalhistas	1.500	1.057	(540)	2.017
Tributárias	427	(152)	(3)	272
Total	2.703	810	(576)	2.937

Contingências

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

A composição dos valores em discussão em diversas instâncias de processos, cuja expectativa de perdas é possível, em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, era como segue:

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Contingências		
Cíveis	2.216	2.249
Trabalhistas	56.958	57.713
Tributárias	113.061	112.986
Total	172.235	172.948

20 Patrimônio líquido (Controladora)

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 565.913 (R\$ 565.913 em 2016) está representado por 185.230.346 (185.230.346 em 2016) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal conforme demonstrado a seguir:

	Controladora			
	30/09/2017		31/12/2016	
	Ações ordinárias	Total de ações	Ações ordinárias	Total de ações
Acionistas				
Gold Negócios e Participações S.A.	37.449.018	37.449.018	37.449.018	37.449.018
Gianpega Negócios e Participações S.A.	78.221.307	78.221.307	78.221.307	78.221.307
Pedro Grendene Bartelle	21.891.461	21.891.461	21.891.461	21.891.461
Outros	47.668.560	47.668.560	47.668.560	47.668.560
	185.230.346	185.230.346	185.230.346	185.230.346

Em 16 de março de 2016, foi aprovado o grupamento da totalidade das 740.921.384 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 4 (quatro) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12, da Lei nº 6.404/76.

Esse grupamento das ações de emissão da Companhia tem por finalidade o enquadramento da Companhia, em atendimento ao Ofício nº 3171/2015 - SAE enviado pela BM&FBovespa à Companhia em 22/10/2015, às novas disposições do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários e do Manual do Emissor da BM&FBovespa, em vigor a partir de 18/08/2014, que obrigam a manutenção nos mercados organizados pela BM&FBovespa de ações com valor de cotação superior a R\$1,00 (um real) por ação.

A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente, de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

b. Reservas

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, de suas controladas, a Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. Em 30 de setembro de 2017, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 7.495 (R\$ 8.166 em 31 de dezembro de 2016).

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. Conforme alteração e facultado pela Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter as reservas de reavaliação até sua completa realização.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica ajustes de avaliação patrimonial inclui: (i) alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; e (ii) ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 30 de setembro de 2017 o saldo de ajuste de avaliação patrimonial é em R\$ 5.557 (R\$ 5.065 em 31 de dezembro de 2016).

21 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período.

	<u>Consolidado</u>	
	30/09/2017	30/09/2016
Receita operacional bruta		
Venda e revenda de produtos		
Mercado interno	999.423	854.660
Mercado externo	112.363	113.173
Serviços prestados	<u>976</u>	<u>1300</u>
	1.112.762	969.133
Deduções		
Impostos sobre as vendas e serviços	(124.454)	(113.934)
Devoluções e abatimentos	<u>(39.859)</u>	<u>(28.125)</u>
	<u>(164.313)</u>	<u>(142.059)</u>
Receita operacional líquida	<u>948.449</u>	<u>827.074</u>

22 Custo das vendas

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
Matéria prima	(228.239)	(213.287)
Mão de obra	(164.643)	(144.835)
Custo indiretos	(109.459)	(97.320)
Revenda	(52.289)	(56.705)
Depreciação	(31.187)	(34.219)
	(585.817)	(546.366)

23 Despesas com vendas

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
Comissões	(36.865)	(30.332)
Abatimento comercial	(2.187)	-
Fretes	(34.451)	(31.570)
PDD	(3.901)	(3.806)
Propaganda	(36.400)	(45.241)
Royalties	(35)	(74)
Gastos com pessoal	(10.418)	(10.387)
Gastos fixos	(8.277)	(8.116)
Gastos semi-variáveis	(2.030)	(3.190)
	(134.564)	(132.720)

24 Despesas administrativas

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Gastos com pessoal	(34.825)	(32.190)	(2.903)	(2.664)
Serviços de terceiros	(7.928)	(4.665)	(1.711)	(749)
Alugueis	1.279	(443)	2.726	2.253
Viagens e estadias	(921)	(748)	-	-
Segurança	(1.587)	(1.269)	(560)	(298)
Litígios e impostos	(1.219)	(1.103)	(457)	(342)
Informática e telecomunicação	(3.103)	(957)	(1)	(281)
Energia elétrica, água e esgoto	(2.229)	(2.699)	(1.775)	(997)
Manutenção, limpeza e meio ambiente.	(2.238)	(965)	(190)	(1.013)
Depreciação	(2.022)	(2.306)	(314)	(317)
Outros	(2.763)	(8.161)	(425)	(1.013)
	(57.556)	(55.506)	(5.610)	(5.421)

25 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receita de aluguel	3.256	2.383	3.051	2.319
Provisão para contingências	(11.563)	(13.803)	1.233	85
Venda de sucata	1.214	1.453	-	-
Lucro/Prejuízo na venda de ativo fixo	79	919	-	-
PRT - Programa de regularização tributária (*)	17.053	-	-	-
Outros	2.767	366	350	(374)
	12.806	(8.682)	4.634	2.030

(*) Para maiores informações vide nota explicativa 10.c

26 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Despesas financeiras				
Estrutura de capital				
Juros	(28.480)	(62.057)	(149)	(107)
IOF	(594)	(1.127)	(2)	(1)
Outros	(5.090)	(64)	(4)	(7)
	(34.164)	(63.248)	(155)	(115)
Operacionais				
Tarifas bancárias	(5.835)	(5.830)	(5)	(2)
Desconto de pontualidade	(2.444)	(3.961)	-	-
Descontos concedidos	(9.072)	(810)	-	-
	(17.351)	(10.601)	(5)	(2)
Cambiais	(27.694)	(24.088)	(44)	(15)
	(79.209)	(97.937)	(204)	(132)
Receitas financeiras				
Estrutura de capital				
Receita de aplicações	6.717	831	3	1
Atualizações monetárias	308	1	-	-
Outros	1.126	1.586	88	99
	8.151	2.418	91	100
Operacionais				
Juros	2.980	2.066	319	299
Descontos obtidos	34	326	3	3
	3.014	2.392	322	302
Cambiais	29.479	30.245	9	-
	40.644	35.055	422	402
Resultado financeiro	(38.565)	(62.882)	218	270

27 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Em 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2016, a Companhia não possui ações preferenciais emitidas e ações potenciais em circulação que possam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41.

O quadro a seguir apresenta os cálculos do resultado básico e diluído por ação.

	Consolidado	
	Quantidade de ações ordinárias	
	30/09/2017	30/09/2016
Resultado atribuível aos acionistas	143.533	22.137
Média ponderada das ações em circulação durante o período	185.230.346	185.230.346
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	0,77	0,12

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, financiamentos e empréstimos.

Estrutura e Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia visa controlar os riscos mediante a avaliação dos diversos riscos, considerando riscos de crédito das contrapartes, monitoramento do nível dos ativos frente aos passivos financeiros. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante os períodos divulgados.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juros
- Risco de liquidez

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar a exposição, para definir limites e controles apropriados, monitorando os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), dos vencimentos dos títulos e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco) (Nota 7a).

A Companhia e suas controladas possuem ainda, a perdas estimadas para liquidação de créditos duvidosos, no montante de R\$ 29.269 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 24.164 em 31 de dezembro de 2016) representativos de 7,7% do saldo de contas a receber em aberto (6,1% em 31 de dezembro de 2016), para fazer face ao risco de crédito (Nota 8a).

A Companhia opera no mercado financeiro através de instituições de crédito de primeira linha, Bancos Estaduais ou Agências Governamentais de Fomento, fazendo com que o risco de crédito com as instituições financeiras seja muito baixo.

Risco cambial

Risco de preço

Considerando o risco de preço nas exportações que são equivalentes a 7,32% da receita de suas controladas em 30 de setembro de 2017 (7,12% em 31 de dezembro de 2016), a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá comprometer os resultados planejados pela Administração. A Companhia não tem a prática de utilizar nenhum instrumento financeiro específico para mitigar os riscos de preço. Entretanto, a Companhia tenta fazer uma política de hedge natural com ativos vinculados com risco de variação cambial.

Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente, do dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 30 de setembro de 2017, com a variação negativa de 2,80% em relação à última cotação de 31 de dezembro de 2016.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tenta manter hedge natural com a manutenção de ativos vinculados, suscetíveis também, à variação cambial. A Administração não contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

Moeda dólar (US\$ mil)	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Ativos em moeda estrangeira (a)	17.667	18.651
Passivos em moeda estrangeira (b)	(59.309)	(52.394)
Déficit apurado (a-b)	(41.642)	(33.743)

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles:

1. cenário provável e que é adotado pela Companhia e suas controladas: cotação do dólar em R\$ 3,1680 em 30 de setembro de 2017;
2. cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando um aumento e redução de 25% na cotação do dólar, passando para R\$ 3,9600 e R\$ 2,3760, respectivamente; e
3. cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar utilizada no cenário provável é elevada e reduzida em 50%, passando a R\$ 4,7520 e 1,5840, respectivamente

Quadro demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Câmbio - efeito resultado em 30 de setembro de 2017

Abaixo demonstramos a variação do *déficit* no valor US\$ 41.642 conforme os cenários demonstrados acima:

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário Remoto
Receita financeira	US\$ 41.642 mil Queda do US\$	Câmbio de 3,1680 -	Câmbio de 2,3760 32.980	Câmbio de 1,5840 65.960

Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa DI-CETIP sobre as aplicações financeiras e financiamentos atrelados a essa taxa, e da TJPL sobre parte de seus empréstimos e financiamentos que estão atrelados a essa taxa.

	Consolidado
	30/09/2017
Ativos em CDI	19.162
Passivos em CDI	140.551
Passivos em TJPL	6.210

Para fins de atendimento à Deliberação no. 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo os cenários de variação das Taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável que é o adotado pela Companhia e suas controladas, com taxa de DI-CETIP de 8,14% a.a. e taxa de TJLP de 7,00% a.a.; (ii) cenário possível, considerando um aumento (no caso de empréstimos) ou redução (no caso de aplicações) de 25% sobre as taxas do DI-CETIP, passando respectivamente para 10,175% a.a. e 6,105% a.a.; e considerando um aumento de 25% para a TJPL, com aumento da taxa para 8,75% a.a.; (iii) cenário remoto, considerando um aumento (no caso de empréstimos) e redução (no caso de aplicações) de 50% sobre a taxa DI-CETIP, passando para 12,21% a.a. e 4,07% a.a.; e aumento da TJPL para 10,50% a.a.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para a data base 30 de setembro de 2017, conforme cenários demonstrados acima:

Transação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos em TJLP	6.210	TJLP a 7,00%	TJLP a 8,75% 109	TJLP a 10,50% 217
Empréstimos em DI	140.551	DI a 8,14%	DI a 10,175% 2860	DI a 12,21% 5.720
Aplicações em DI	19.162	DI a 8,14%	DI a 6,105% (389)	DI a 4,07% (780)

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, financiamentos e recursos dos acionistas. 42% da dívida da Companhia tem seu vencimento em menos de um ano em 30 de setembro de 2017 (Em 31 de dezembro de 2016: 51%), com base no valor registrado dos empréstimos e financiamentos refletidos nas demonstrações financeiras

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na Nota 18.

Composição dos saldos

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão identificados a seguir:

Descrição	Classificação	Consolidado			
		30/09/2017		31/12/2016	
		Saldo Contábil	Valor Justo	Saldo Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	20.095	20.095	17.094	17.094
Aplicações financeiras	Títulos disponíveis para venda	6.080	6.080	8.321	8.321
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	379.909	379.909	372.592	372.592
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	25.130	25.130	41.497	41.497
Partes relacionadas - Ativo	Empréstimos e recebíveis	-	-	18.812	18.812
Empréstimos e financiamentos:					
Em moeda nacional	Outros passivos ao custo amortizado	167.784	167.784	376.597	376.597
Em moeda estrangeira	Outros passivos ao custo amortizado	180.909	180.909	162.671	162.671
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado	91.320	91.320	66.193	66.193
Partes relacionadas - Passivo	Empréstimos e recebíveis	250.150	250.150	255.150	255.150

Hierarquia do valor justo

Descrição	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	6.080	-	-

- (a) **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

- (c) **Nível 3 - Inputs** para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justo (fair value)

Aplicações financeiras

Para as aplicações financeiras o valor justo contra o resultado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações. As aplicações possuem remuneração baseada em percentual do DI - CETIP e estão atualizadas na data de 30 de setembro de 2017.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As perdas estimadas para liquidação de crédito duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos é calculado na data de 30 de setembro de 2017 pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Ao comparar os modelos de operações de empréstimos e financiamentos, onde as principais operações são com o Citibank, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, FINEP e Banco do Nordeste do Brasil - BNB, encontramos atualmente taxas de juros aplicáveis a esses instrumentos idênticas aos contratos que estão firmados, considerando o objetivo do financiamento, prazos e garantias que são oferecidas.

Desta forma, a Administração considera que não há diferenças significativas entre o saldo contábil e o valor justo desses empréstimos e financiamentos.

Fornecedores

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Limitações

O valor justo dos instrumentos foi estimado na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

Gestão do capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 2016, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Financiamentos, empréstimos e financiamentos incentivados	348.694	539.268
Caixa e equivalentes de caixa	(20.095)	(17.094)
Aplicações financeiras	(6.080)	(8.321)
Dívida líquida	322.519	513.853
Patrimônio líquido	194.896	51.863

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas não fazem parte de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas em 30 de setembro de 2017 são resumidos a seguir:

Seguros corporativos em reais		
Objeto	Risco coberto	Valor de cobertura
Patrimonial	Incêndio, Vendaval, Danos Elétricos, Quebra de Máquinas, Roubo, Alagamento, Equipamentos Eletrônicos.	110.000
Lucros cessantes	Despesas fixas (P.I. 3 meses)	60.000
D&O	Responsabilidade civil geral de administradores	20.000
RC Geral	Responsabilidade civil geral	2.000
Veículos leves	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	23.800
Veículos pesados	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	8.100
Transporte internacional - Importação	Limite por embarque - Mercadorias/Matéria prima	4.752
	Total dos seguros corporativos	228.652

30 Subvenções e assistência governamental

Incentivos Federais

- **REDUÇÃO IRPJ** -Consiste no direito da redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculados com base no lucro da exploração com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, em conformidade com os critérios estabelecidos e ainda em conformidade com o regulamento dos incentivos fiscais. São considerados em condições onerosas atendidas, os empreendimentos em total modernização atualmente nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. São beneficiários do incentivo de redução de 75% do imposto de renda os empreendimentos instalados nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe.

Incentivos Estaduais

PROVIN - CE

Para nossos calçados:

- **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no deferimento de 99% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de calçados. Sob o valor de cada parcela do benefício, 1% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.

Para nossas confecções:

- **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no deferimento de 75% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de confecções. Sob o valor de cada parcela do benefício, 25% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.

Incentivos Adicionais

Tem como adicional ao PROVIN calçados e confecção o deferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças que não tenham similar no Estado do Ceará, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

PROBAHIA- BA

- **PROBAHIA** - Consiste no programa de desenvolvimento da Bahia, com o intuito de diversificar e estimular a transformação dos processos industriais do estado. Tem como benefício o deferimento do ICMS sobre o total dos débitos apurados pela saída de mercadorias, onde se calcula um crédito presumido de 99% sobre o valor devido. Seu pagamento consiste em 1% do saldo devedor que deverá ser pago no mês subsequente ao da apuração do ICMS.

Incentivos Adicionais

Tem como adicional ao PROBAHIA o deferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

PSDI - SE

- **PSDI** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial de Sergipe (FDI), no qual consiste no deferimento de 75% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria e com carência de 15 anos para pagamento dos 25% restantes, sem correção monetária.

Incentivos Adicionais

Tem como adicional ao PSDI o deferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

Demonstrativo das Subvenções Governamentais

Controlada	Incentivo Estadual	%	Prazo de Vencimento
CE	Provin Calçados	100%	Ago/2021
CE	Provin Confecções	100%	Jun/2022
BA	Probahia	99%	Dez/2027
SE	PSDI	75%	Jun/2029

Demonstrativo das Subvenções Governamentais

Controlada	Incentivo Federal	%	Prazo de Vencimento
CE	Redução IRPJ	75%	Dez/2025
BA	Redução IRPJ	75%	Dez/2017
SE	Redução IRPJ	75%	Dez/2017

a. Consolidado

O montante dos incentivos fiscais estaduais e federais, referentes ao ICMS e ao IRPJ respectivamente, são reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial.

Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

ICMS	Montante do incentivo no consolidado	%	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
			Participação	
Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas			30/09/2017	30/09/2016
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	54.656	99,99	54.651	52.585
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	34.582	100,00	34.582	24.544
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	<u>2.424</u>	100,00	<u>2.424</u>	<u>1.887</u>
	<u>91.662</u>		<u>91.657</u>	<u>79.016</u>

IRPJ	Montante do incentivo no consolidado	%	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
			Participação	
Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas			30/09/2017	30/09/2016
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	8.849	99,99	8.849	-
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigo Esportivos S.A.	1.038	100,00	1.038	-
	<u>9.887</u>		<u>9.887</u>	<u>-</u>

(*) No terceiro trimestre de 2016, a Companhia através de seus controles fiscais internos, não registrou o incentivo federal relativo ao IRPJ em razão da inexistência do valor devido do tributo.

31 Informação por produtos e área geográfica

As informações de vendas brutas no mercado externo e interno, por região geográfica, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior, e podem ser assim apresentadas:

	30/09/2017	30/09/2016
Receita líquida de vendas		
Calçados esportivos	746.428	610.412
Calçados femininos	132.694	155.123
Outros calçados e outros	54.751	51.400
Confecções	14.576	10.139
	948.449	827.074
Mercado interno	835.175	715.864
Mercado externo	113.275	111.209
	948.449	827.074

Os ativos não circulantes de cada região geográfica estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Ativos não circulantes no mercado externo e interno a partir de:		
Brasil	437.932	448.033
Outros países	12.387	13.630
Total	450.319	461.663

32 Eventos subsequentes

Em 25 de outubro de 2017, a Companhia Vulcabras Azaleia S.A. nos termos do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 03 de janeiro de 2002, e no artigo 52 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, (“Instrução CVM 400”), comunicou o início da oferta pública de distribuição primária de 60.526.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações” e “Oferta Primária”, respectivamente), e secundária de, inicialmente, 7.894.000 Ações de emissão da Companhia e de titularidade do PGB e, no âmbito da colocação das Ações Suplementares, dos demais Acionistas Vendedores (“Oferta Secundária”) a serem realizadas no Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior (“Oferta”), ao preço de R\$ 9,50 por Ação (“Preço por Ação”), perfazendo o total de R\$ 649.990.

O preço por ação é de R\$9,50 (nove reais e cinquenta centavos), o qual foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, no Brasil, pelos Coordenadores, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de *Bookbuilding*”), tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A emissão

de Ações neste critério de fixação de preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia Vulcabras Azaleia S.A., conforme segue:

	Preço (R\$) (i)	Comissões (R\$) (ii)(iv)	Recursos Líquidos (R\$) (ii)(iii)(iv)
Preço Por Ação	9,50	0,40	9,10
Oferta Primária	9,50	24.149.874	550.847.126
Oferta Secundária	9,50	3.149.706	71.843.294

- (i) Com base no Preço por Ação de R\$9,50.
- (ii) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta.
- (iii) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.
- (iv) Para informações sobre remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta.

A fixação do preço de emissão das ações ordinárias de emissão da Companhia e, por extensão, do preço por ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de outubro de 2017, cuja ata foi publicada no jornal DCI em 25 de outubro de 2017 e publicada no DOESP em 26 de outubro de 2017, bem como será devidamente registrada na JUCESP.

O capital social da Companhia de R\$ 565.913, totalmente subscrito e integralizado, foi aumentado para R\$ 1.140.910 representado por 245.756.346 ações ordinárias, todas nominativas, escrituradas e sem valor nominal.

O aumento de capital social da Companhia foi acrescida em R\$574.997, representado por 60.526.000 (sessenta milhões, quinhentas e vinte e seis mil) ações, ficando assim composto:

Composição acionária	Quantidade	Valor (em R\$)
Antes da Oferta	185.230.346	565.913.332,50
Oferta	60.526.000	574.997.000,00
Após Oferta	245.756.346	1.140.910.332,50

Com parte dos recursos obtidos, a Companhia liquidou principalmente as seguintes obrigações (informação não auditada):

- (a) A totalidade dos mútuos financeiros com acionistas do grupo de Controle, liquidados em 31/10/2017.

Descrição	Valor liquidado
Maria Cristina Nunes Camargo	28.057
Giovana Bartelle Velloso	14.029
Pedro Bartelle	12.029
Pedro Grendene Bartelle	196.035
Total	250.150

(b) Empréstimos bancários liquidados antecipadamente em 31/10/2017:

Banco	Vencimento	Valor principal	Valor liquidado
Citibank	20/12/2019	USD 30.000	98.457
			32.754
Citibank	27/03/2020	USD 10.000	
Caixa Econômica Federal	21/09/2019	65.455	66.157
Total			197.368

* * *

Composição do Conselho de Administração

Pedro Grendene Bartelle - Presidente
André de Camargo Bartelle - 1º Vice-Presidente
Pedro Bartelle - 2º Vice-Presidente
Hector Nunez - Conselheiro
Roberto Faldini - Conselheiro Independente

Composição da Diretoria

Pedro Bartelle - Presidente
Edivaldo Rogério de Brito - Diretor Administrativo e de Finanças
Flávio de Carvalho Bento - Diretor Industrial
Marco Antonio Sá Martins - Diretor de Operações - Argentina
Rafael Carqueijo Gouveia - Diretor Comercial e Marketing
Luiz Vanderlei Heidrich - Diretor de Divisão Feminino

Diretor de Relações com Investidores

Edivaldo Rogério de Brito

Responsável técnico

Manoel Damião da Silveira Neto
Contador CRC 1RJ052266/O-2 "S"-SP